Dia 11 de junho de 2026

Mesa temática: As reformas educacionais como instrumento político e ideológico de adequação dos sujeitos à crise do capital

Convidados: Profa. Dra. Alexandrina Luz Conceição e Prof. Dr. Giovani Alves

Debatedores: Prof. Dr. Átila de Menezes Lima (UNIVASF) e Profa. Dra. Érika Suruagy Asssis de Figueiredo (UFRPE)

SÍNTESE

Átila de Menezes Lima[25]
Érika Suruagy Asssis de Figueiredo[26]

A mesa teve como objetivo debater as reformas educacionais como instrumento político e ideológico de

[25] Doutor em Geografia pela UECE e professor da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), *campus* Senhor do Bonfim, Bahia. Atua na área de Geografia Humana, com pesquisas voltadas à Geografia Histórica, Geografia do Trabalho, Formação Territorial do Nordeste Brasileiro, Movimentos Sociais e Ensino de Geografia. É membro da REDAP e líder de grupos de pesquisa do CNPq, desenvolvendo também estudos em ontologia do ser social e Economia Política.

[26] Doutora em Educação pela UFBA, mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e licenciada em Educação Física pela Universidade de Pernambuco (UPE). É professora associada da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), atuando na graduação em Educação Física e no ProEF. Integra a LEPEL e a REDAP, com trajetória destacada na coordenação de projetos de extensão, do PIBID e da Licenciatura em Educação Física. Desenvolve pesquisas nas áreas de Educação Física Escolar, políticas públicas, formação de professores, metodologia do ensino e universidade.

adequação dos sujeitos à crise do capital. Os palestrantes abordaram a necessidade de compreender que não estamos vivendo uma crise passageira do capitalismo, uma crise apenas conjuntural, na verdade, estamos diante de uma **crise estrutural do modo de produção capitalista**. O que constatamos é o aprofundamento dessa crise, que atinge cada vez mais o mundo do trabalho e a educação.

Outro ponto importante foi a discussão sobre a **adequação dos sujeitos** às novas necessidades do capital. Faz-se necessária a captura da subjetividade humana. Na educação e na formação de professores essa necessidade de captura das subjetividades vem sendo moldada há muito tempo pelas sucessivas reformas educacionais implementadas no país. Essas mudanças são perceptíveis desde às Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB´s) aprovadas no país e, principalmente, a partir da década de 1960, com os acordos MEC-USAID.

Posteriormente, observamos a entrada cada vez mais forte do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e de outros organismos internacionais na disputa dos rumos da educação, produzindo documentos orientadores para praticamente todos os países. Logo, não se trata de um fenômeno exclusivamente brasileiro. São diretrizes internacionais que passam a orientar as políticas educacionais em escala mundial.

Nesse contexto, o professor Giovani Alves destacou três elementos centrais do conceito de Estado neoliberal que ele desenvolve. Primeiro, a superexploração do trabalho. Segundo a dominação da oligarquia financeira. Terceiro, a produção da ignorância cultural. Esses três elementos se articulam

diretamente ao processo de adequação das subjetividades. Penso que nós, enquanto Rede, precisamos aprofundar esse debate.

Outro aspecto muito importante destacado pela professora Alexandrina foi a centralidade da história. Não podemos perder essa dimensão histórica. Muitas vezes permanecemos apenas criticando aquilo que está acontecendo hoje na escola, o adoecimento, a perda de perspectivas, a ausência de projetos de futuro. Anteriormente ainda conseguíamos apresentar aos estudantes alguma perspectiva de futuro. Hoje isso se tornou muito mais difícil. Saem os conteúdos clássicos escolares e entram habilidades e competências. Entram conceitos como perseverança, resiliência, empreendedorismo e meritocracia para amoldamento subjetivo dos estudantes.

Tudo isso está presente nas reformas educacionais. E, muitas vezes, incorporamos esses conceitos sem perceber seu conteúdo ideológico. A Professora Alexandrina Conceição procurou mostrar isso muito claramente ao discutir o conceito de ideologia a partir de Lukács e também dialogando diretamente com Marx. Precisamos retomar a história. Nada disso é completamente novo. A Professora chamou atenção para a maneira como o pós-modernismo entrou na universidade e permaneceu entre nós, hoje sob novas formas, principalmente por meio do identitarismo, negando a perspectiva da totalidade e difundindo a ideia do fim da história. Como consequência, parece que só resta adaptar-se ao que está posto, ser resiliente, adequar-se. Mas, precisamos compreender o processo nas suas contradições, que há resistência dos trabalhadores. Os ataques

que vivemos não são locais. São ataques em escala mundial. O imperialismo continua estruturando essas relações.

Por fim, a Professora Alexandrina destacou que devemos aprofundar o conceito de território, atentar para o fato de que o território passou a funcionar como instrumento de desresponsabilização do Estado. Esse processo já aparece desde a Constituição Federal – CF de 1988. E, desde então, assistimos a sucessivos desmontes. Inclusive, daquilo que a própria Constituição e a LDB asseguravam. Esses ataques repercutem diretamente no cotidiano da escola. Por isso, precisamos recuperar as categorias totalidade e contradição, recuperar o método em Marx. Precisamos nos apropriar, profundamente, da dialética para interpretar, mas, sobretudo, transformar a realidade concreta.

REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR NOVA TERRA

AS REFORMAS EDUCACIONAIS COMO INSTRUMENTO POLÍTICO E IDEOLÓGICO DE ADEQUAÇÃO DOS SUJEITOS À CRISE DO CAPITAL

Giovani Alves[27]

Bom dia a todos, a todas. Eu agradeço o convite dos companheiros e companheiras da REDAP para participar deste glorioso Evento, tão importante nos nossos tempos. Tempos de barbárie social, tempos de capitalismo manipulatório, tempos de crise do capital. Então, nada como um Evento desta natureza para estar contribuindo para a formação. Para a formação não apenas profissional, mas para a formação política, para a formação humana, que nós desprezamos tanto no Brasil.

Hoje, o Brasil é uma sociedade que, nos últimos trinta anos, piorou muito no aspecto da formação humana, porque o capitalismo brasileiro tem funcionado, tem sido operado, pelo Estado neoliberal. Essa é uma das principais teses. Sempre que eu dou palestra, eu parto desse princípio. E olhem que tem muitos intelectuais, professores, pesquisadores, que não partem

[27] Professor livre-docente aposentado pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Pesquisador reconhecido pelos estudos sobre o mundo do trabalho, reestruturação produtiva, precarização do trabalho, sindicalismo e capitalismo contemporâneo. Coordena a Rede de Estudos do Trabalho (RET) e o Grupo de Pesquisa e Estudos da Globalização (GPEG), além de desenvolver projetos de extensão voltados à análise crítica da sociedade e da cultura. Autor de diversos livto e artigos, destaca-se como uma das principais referenciais brasileiras na Sociologia do Trabalho e na crítica às transformações do trabalho no capitalismo contemporâneo.

desse princípio. Eu parto desse princípio porque, em termos metodológicos, nós temos que estar caracterizando a forma de Estado, o Estado político do capital.

E é importante que nós entendamos por que o Brasil é o que ele é hoje. Por que a sociedade brasileira é o que ela é hoje. Por conta desse Estado neoliberal. São mais de trinta anos de constituição, afirmação e consolidação do Estado neoliberal no Brasil. Uma tragédia histórica. Inclusive, um dos meus últimos livros se intitula *O Estado Neoliberal no Brasil: uma tragédia histórica*. Fica aí o convite para aqueles que não conhecem esse livro, para que possam adquiri-lo. Esse livro tem circulado bastante, e eu tento fundamentar esse princípio metodológico para nós entendermos a sociedade brasileira, não apenas nos aspectos do trabalho, da cultura e do lazer, mas também da educação. É fundamental partir desse princípio metodológico.

O nosso Estado, o Estado brasileiro, é um Estado neoliberal. E o neoliberalismo é a forma suprema do capitalismo global na fase da crise estrutural do capital. Então, estou apenas tentando situar metodologicamente essas categorias. Quer dizer, o capitalismo vive hoje uma crise estrutural, uma crise estrutural do capital. Eu penso que, na mesa de ontem, vocês devem ter discutido essa questão da crise estrutural do capital, que é outra categoria importante.

Eu lancei, no ano passado, um livrinho também, que está à disposição de vocês, intitulado *O Conceito de Crise Estrutural do Capital*. Porque nós, como professores, pesquisadores e formadores, temos que dominar essas ferramentas de trabalho, que são as categorias. Eu parto de uma perspectiva marxista. Isso

é fundamental. É preciso dominar as categorias para poder interpretar o mundo numa perspectiva crítica. Então, vejam bem. O Brasil de 2026 é um país que tem mais de trinta anos de Estado neoliberal.

E hoje nós vivemos uma crise profunda. A sociedade brasileira vive uma crise profunda. Mas isso não aparece nas telas da Globo, da Record, não aparece na mídia dominante. Quer dizer, as pessoas não têm uma consciência crítica que lhes permita perceber o que está acontecendo na sociedade. Aí, de repente, a extrema direita ganha a eleição e as pessoas não sabem por quê. Bolsonaro ganhou a eleição em 2018, e as pessoas não sabem por quê. Por que será que se votou numa personalidade política tão nefasta como Jair Bolsonaro? Tem que olhar para a sociedade. Para a sociedade civil. Para a sociedade civil neoliberal, que tenta adequar os sujeitos à crise do capital.

Olhem só: esse é justamente o título da mesa da nossa conferência, minha e da professora Alexandrina, com quem é uma satisfação compartilhar esta reflexão. Então, vejam bem. O título da mesa tem essa palavra: **adequação**. Eu queria trabalhar com vocês essa palavra, a adequação dos sujeitos. Porque, na verdade, é o seguinte: num capitalismo como o nosso, um capitalismo dependente, nós nos caracterizamos não apenas pela superexploração do trabalho. Essa é uma característica do capitalismo dependente.

A teoria marxista da dependência, com Mauro Marini, já colocava que uma das características estruturais do capitalismo dependente é a superexploração do trabalho. E eu acrescento que um dos pilares do Estado neoliberal, que é um tripé, composto

por três elementos, na forma como interpreto o Estado neoliberal no Brasil, é justamente a superexploração do trabalho. Entra governo, sai governo, e o que a gente verifica é isso: o salário não consegue chegar até o final do mês.

Depois as pessoas ficam discutindo por que se joga tanto, por que há tanta gente endividada. Ora, porque este é o país da superexploração do trabalho. E não interessa se é Lula, Bolsonaro, Temer ou Dilma. Foi a mesma lógica, porque a nossa esquerda, a esquerda liberal, o PT, que, aliás, é uma questão que eu não vou discutir aqui, mas que abordo no meu livro *O Estado Neoliberal no Brasil*, no qual faço uma crítica ao lulismo. Poucos intelectuais e pesquisadores fazem uma crítica ao lulismo. O PT, no período em que esteve no governo, contribuiu para a afirmação do Estado neoliberal no Brasil. O PSDB constituiu, o PT afirmou e Michel Temer consolidou. Vocês estão percebendo a temporalidade histórica e a dialética desse desenvolvimento do Estado neoliberal no Brasil?

Nós estamos numa terceira etapa: a etapa da consolidação do Estado neoliberal, iniciada com o golpe de 2016. Em 2026 completam-se dez anos dessa consolidação do Estado neoliberal no Brasil, com o governo Temer, que nasce de um golpe. E a função desse golpe de Estado foi consolidar o Estado neoliberal que o PT afirmou desde 2003 e que hoje administra, sem conseguir fazer muita coisa, porque o Estado neoliberal já está consolidado. É isso que explica a mediocridade do governo Lula III, porque ele já está preso ao Estado neoliberal.

As classes dominantes estão muito tranquilas. Então, vejam bem. Uma das pernas do Estado neoliberal do capitalismo

dependente no Brasil é a superexploração do trabalho. Mas há um outro elemento. São três pernas do Estado neoliberal. Primeiro, a dominância da oligarquia financeira. Segundo a superexploração do trabalho. E, terceiro, a produção da ignorância cultural. Olhem só como isso se relaciona com a questão da adequação dos sujeitos à crise do capital.

Vocês sabem qual foi o projeto mais vitorioso da classe dominante brasileira, da burguesia brasileira? Nós temos que dar os parabéns à burguesia brasileira. Por quê? Porque eles foram vitoriosos. Eles venceram na produção da ignorância cultural no Brasil nos últimos trinta anos. Ela só aumentou, porque desmontaram a esquerda. Hoje nós não temos mais um partido de esquerda crítica, socialista. Não temos mais uma esquerda organizada. E eles dominaram os meios, o que não é de agora, mas hoje estão muito tranquilos. Eles têm o controle dos meios de informação e de comunicação de massa. Nós, trabalhadores e trabalhadoras, já não temos como nos comunicar com a sociedade. Só o capital se comunica com a sociedade. E essa é uma forma de adequar os sujeitos à crise do capital.

Aí vem um outro elemento característico. Se eu pudesse fazer uma revisão da teoria marxista da dependência, diria que é preciso pensar não apenas a superexploração do trabalho, mas também a supermanipulação ideológica. Superexploração do trabalho articulada à supermanipulação ideológica. Essa é outra característica do capitalismo dependente. Por que do capitalismo dependente? Porque, no capitalismo dependente, as contradições do capital aparecem de forma exacerbada. Aqui a contradição está à flor da pele. Você sai à rua e encontra a

desigualdade social, a concentração de renda, a superexploração do trabalho, o fetichismo em sua forma mais exacerbada.

Então, a supermanipulação se articula com a superexploração do trabalho, principalmente agora, quando você tem não apenas a TV Globo, a Record, a Band. Isso já existia há quarenta ou cinquenta anos. A *Folha de São Paulo*, a Globo, toda essa mídia tradicional. Hoje você tem elementos que reforçam ainda mais o poder de manipulação e de adequação dos sujeitos, para além das reformas educacionais. As reformas educacionais, comparadas com aquilo que está fora da escola, com aquilo que está na vida cotidiana, no lazer e no dia a dia das pessoas, especialmente com isso aqui, o *smartphone*, tornam-se apenas uma parte do problema. O capital conseguiu colocar nas nossas mãos as nossas próprias correntes de escravidão mental, douradas, em telas 4G, telas lindíssimas, de quarenta, cinquenta, setenta polegadas. Vocês já perceberam como isso funciona?

Essa é a supermanipulação ideológica num país que já possui essa tradição de ignorância cultural das massas. Nós temos que entender o Brasil na sua especificidade. É um país glorioso. Eu também adoro o Brasil. Não existe país melhor no mundo. Nós não temos guerras internacionais, não temos conflitos étnicos. Bom, na verdade, nós temos uma guerra, sim. Temos uma guerra permanente. É a guerra do Estado contra a sua população pobre. Isso é uma guerra. O Estado neoliberal é uma guerra permanente do Estado contra a população pobre. Mas isso tem raízes profundas. Um Estado oligárquico como o brasileiro nunca foi democrático. Essa foi uma ilusão criada em 1988. A burguesia criou essa ilusão e as pessoas a compraram. É

um Estado oligárquico. Quem manda no Brasil são oligarquias muito poderosas.

E essa guerra do Estado contra sua população é antiga. Ela vem desde a escravidão, quando a maior parte da população era composta por pessoas negras escravizadas. Ou seja, esse Estado brasileiro nunca passou por mudanças estruturais. Nós nunca tivemos uma revolução social. Nunca mudamos o regime de propriedade. Nunca fizemos reforma agrária. Nunca transformamos a estrutura política. Nunca democratizamos as instituições. Então, em 2026, vamos começar a fazer uma crítica do Brasil.

O que a esquerda já fez um dia, hoje não faz mais. Perdeu. A esquerda quer apenas ganhar eleições. Quer ganhar eleição para distribuir cargos aos companheiros e administrar um Estado que não tem futuro. E, como esse Estado não tem futuro, aumenta a guerra contra a população. Tem que matar os pobres. E mata de forma lenta, como Israel faz com os palestinos. Essa é a tática. É a tática do genocídio, de um Estado neoliberal contra a sua própria população. Por isso, é preciso adequar os sujeitos. Os sujeitos têm que enxergar o mundo como se tudo fosse normal. Nós olhamos para a realidade e parece que está tudo normal. Tem Copa do Mundo. Tem São João. O forró aqui no Nordeste é muito forte, numa região maravilhosa. Eu moro em São Paulo, mas estou passando um tempo aqui na Paraíba.

E tenho essa visão de que este é um país lindo. O Brasil é um país sem igual. O único problema é que possui a pior classe dominante do planeta. A burguesia brasileira é uma burguesia genocida. Genocida. Basta ver o que está fazendo com o BPC,

com o salário mínimo e com o Bolsa Família. Estou falando do governo Lula III, não do governo Bolsonaro. Se a extrema direita voltar ao poder, ela apenas multiplicará por três aquilo que já está sendo feito hoje. Nós estamos numa situação muito difícil.

Mas o tema desta mesa é reformas educacionais e adequação dos sujeitos à crise do capital. Vou deixar para a professora Alexandrina tratar mais diretamente da questão das reformas educacionais. Acho que é um tema muito importante, porque hoje a educação está cada vez mais capturada pelos desígnios do capital. Mas eu prefiro trabalhar essa noção de adequação dos sujeitos, que venho desenvolvendo há muito tempo, especialmente no meu livro *Trabalho e Subjetividade*, em que discuto a captura da subjetividade do trabalho pelo capital, isso já em 2007. Infelizmente, aquilo que eu dizia naquela época hoje se tornou ainda pior. Eu gostaria de estar errado. Mas está pior. Está pior porque não houve resistência.

A resistência que existia acabou. Era pequena, mas existia. Naquela época, o PT enfrentava o PSDB. Lembram disso? Hoje, o PSDB faz parte do governo. Quem é o vice de Lula? Então, a política neoliberal é administrada de forma cada vez mais descarada, agora acompanhada de muita manipulação. O Estado neoliberal caracteriza-se, portanto, pela superexploração do trabalho, pela supermanipulação ideológica e pela produção da ignorância cultural. Isso passa pela escola, mas não apenas pela escola. Passa pelos meios de comunicação de massa, pelo consumo cultural e espiritual, pelas igrejas, pelo lazer. Ou seja, à medida que o capitalismo avançou, foi criando também as bases dessa super manipulação.

E qual é a base da supermanipulação? O fetichismo da mercadoria. O fetichismo do dinheiro. O fetichismo do capital. Todas as formas do valor caracterizadas pelo fetichismo. O fetichismo é a base da supermanipulação. É por isso que, no capitalismo dependente, essa condição de dependência significa estar subordinado à ordem mundial do capital, ao imperialismo. Nós temos uma relação muito peculiar. E o Brasil é um país muito importante. É por isso que investem tanto aqui. Porque, além de possuir muitas riquezas, é um país que precisa ser controlado. Nós estamos num continente de intensa disputa geopolítica.

O imperialismo, mesmo em crise, continua controlando. Agência Central de Inteligência já está entre nós. As forças armadas norte-americanas já estão entre nós. Isso faz parte das relações de poder. O que é preciso é adequar os sujeitos. Porque adequar os sujeitos não é uma tarefa simples. É um trabalho cotidiano. Aqui parece até mais fácil do que em outros lugares. Mais fácil, por exemplo, do que na Colômbia, onde existe uma esquerda que ainda incomoda o sistema, embora não seja uma esquerda radical ou socialista, como ocorre, em certa medida, na Venezuela.

O Brasil tem essa característica de conviver com um sistema em que a manipulação faz parte do nosso metabolismo social há muito tempo. Tenho trabalhado há anos com essa questão da captura da subjetividade e da manipulação. Mas, caminhando para os meus últimos cinco minutos, eu gostaria de abordar um tema que sei que é pouco discutido. Mais uma vez, professores e intelectuais de esquerda praticamente não

discutem isso. E o que eles não discutem? A saúde mental. "Ah, professor, mas saúde mental não é assunto para psicólogos ou médicos?" Não. Saúde mental é um tema para todos. Sabem por quê? Porque essa adequação dos sujeitos à crise do capital produz insanidade, sofrimento psíquico, transtornos mentais, ansiedade, depressão e *burnout*. Tudo isso que estamos vendo hoje. Por que isso aumentou tanto? Por que o Brasil se tornou um país de pessoas acometidas por transtornos mentais? Por quê?

Os países que votam na extrema direita, aqueles que votam na extrema direita, isso já está mais do que demonstrado. Mas não é só isso. Não é só isso, porque são pessoas aflitas. São pessoas que sofrem. E o que elas sofrem? Elas sofrem a falência da esquerda liberal. Elas sofrem a ausência de cuidado por parte de um Estado que nós não temos. O Estado neoliberal é o Estado do desamparo. Então, nós não podemos culpabilizar as vítimas. O que falta é politizar a saúde mental. Eu estava vendo, para concluir, uma reportagem que saiu na CNN. Às vezes essas notícias aparecem bem escondidinhas. Ela dizia: "Cerca de 72% dos brasileiros trabalham em modo de sobrevivência", diz estudo. Vocês já perceberam isso? Quase 80% dos brasileiros estão vivendo em modo de sobrevivência. Isso é gravíssimo. Quase 80% da população vive em sobrevivencialismo. E isso tem um impacto enorme no esgotamento mental e na saúde mental. Esse modo de sobrevivência, a jornada 6x1, esse esgotamento está presente nas organizações do trabalho, sejam públicas ou privadas.

Essa é uma pesquisa realizada por um instituto independente, em parceria com a ONG *Psicologia Viva* e outras

instituições. É um alerta permanente. Mas vocês já ouviram algum programa político tratar desse assunto de forma séria? Ninguém fala disso. A saúde mental deveria ser objeto de disputa política. Precisamos politizar a saúde mental. Por quê? Porque uma das formas de adequar os sujeitos à crise do capital é adoecê-los. Vocês já pensaram nisso? Você adoece a pessoa e ela fica adequada. Porque o que uma pessoa adoecida consegue fazer? Vai participar de movimento social? Vai fazer revolução? Nem estudar ela consegue. Nem desenvolver consciência crítica. Então, trata-se de uma situação de enorme perversidade, produzida por essa burguesia brasileira, extremamente rica, num país igualmente rico. E isso não atinge apenas os pobres, a parcela mais miserável da população.

As camadas médias, a classe média, também compartilham dessa ignorância cultural, desse adoecimento mental provocado pela crise do capital. Na ausência de um sujeito coletivo, de um intelectual orgânico capaz de oferecer direção política crítica, formar consciência crítica e organizar a luta, porque o que transforma as pessoas não é apenas a educação.Vamos romper também com esse preceito idealista. O que transforma é a luta. Mas, sem partido, sem organização, não existe luta social. Sem partido, sem organização, não existe luta. Então, deixo essas palavras para a reflexão de vocês. Convido todos a acessarem o site do Projeto Editorial Práxis. Sou editor-chefe do Projeto Editorial Práxis. Publicamos livros voltados para a formação crítica.

Todos os meus livros, atualmente, estão sendo publicados pela Práxis, além de obras de outros autores. E eu

diria que a luta e a educação, quem sabe um dia, quando tivermos novamente um partido capaz de cumprir esse papel, poderão, de fato, transformar o Brasil. Muito obrigado.

Fala final

Antes de tudo, quero agradecer o convite para participar, mesmo à distância, com essa internet precária. Foi uma satisfação participar de um Evento tão importante, especialmente por abrir espaço para uma discussão crítica sobre as questões da luta de classes e sobre os diversos aspectos que ela envolve. É claro que esta mesa representa apenas um ponto de partida. Um ponto inicial para estimular as pessoas a estudarem mais. Nunca foi tão importante estudar quanto agora. Precisamos aprofundar os estudos para compreender melhor a realidade que estamos vivendo. Esse mundo complexo de crise, de crise estrutural do capital, crise no sentido de que o sistema já não oferece mais uma perspectiva de civilização. É esse o sentido da crise estrutural. É uma crise de reprodução social, é uma crise de lucratividade, é uma crise de dominação imperialista. Basta observar as guerras.

Então, há um complexo de crises que os professores, aqueles que estão no terreno, no território da luta cotidiana, da sala de aula, precisam compreender. É preciso ter essa capacidade de entendimento para formar formadores. Agora, a grande lacuna, e vou procurar ser muito objetivo e sincero com vocês, é que tenho uma visão muito pessimista do Brasil, do mundo e da América Latina. Nós precisamos olhar para a sociedade. A esquerda não olha para a sociedade. A esquerda pensa em voto. Ela quer garantir mandatos. É a pequena política

que tomou conta desse campo. A maior tragédia histórica do Brasil, nos últimos trinta anos, foi isso ter acontecido com o país.

O tema da esquerda, do partido, precisa ser recolocado. A gente não fala muito em partido. Mas como queremos formar uma consciência de classe sem partido? Isso não existe. Isso é fantasia. Consciência de classe em si, para si, exige direção política. Exige intelectual orgânico. E isso nós não temos. O lulismo acabou com o PT. O Estado neoliberal dizimou a sociedade civil no aspecto da grande política. Por isso as pessoas estão perdidas. Quando olhamos para a sociedade, vemos uma sociedade perdida. Esse sujeito que aparece fazendo comentário chamando todo mundo de comunista é um pobre diabo. É alguém esmagado pela precarização do trabalho, que vai se entregar a quem? A Jesus, porque não tem partido.

A extrema direita não é apenas composta por fascistas ou bolsonaristas. São bolsonaristas, sim. Mas o que Bolsonaro representa? Representa uma crítica a essa ordem, ainda que seja uma crítica demagógica. Ele é um demagogo da pior espécie. Mas as pessoas estão indignadas. Precisamos olhar mais para as pessoas. Precisamos ter mais cuidado com isso. As pessoas estão em trabalhos precários, endividadas, adoecidas. Estão jogando muito. As *bets* estão faturando bilhões por ano. Por que as pessoas estão recorrendo tanto ao jogo? Porque querem alguma perspectiva de futuro, algo que o capitalismo não oferece. E, como não existe uma esquerda capaz de fazer as pessoas acreditarem numa utopia socialista, elas caminham para o irracionalismo, para a demagogia da extrema direita. Particularmente, minha visão é esta: nós fracassamos.

Nós, professores e intelectuais, fracassamos. Eu admito isso. Mas não se trata apenas de uma responsabilidade individual nossa. A nossa geração viu se dissolver o partido de classe da classe trabalhadora. Sem partido, não há classe trabalhadora organizada. Há indivíduos. Individualidades vivendo situações de exploração, espoliação, indignação e rebeldia. Há muito corporativismo. Vejo muito discurso corporativista. Há corporativismo da educação, assim como há corporativismo dos militares, dos juízes, dos professores, dos políticos. O Brasil é o país das corporações. E isso ajuda a reproduzir o sistema de dominação do capital. O que rompe o corporativismo? A consciência de classe. Mas, sem partido de classe, sem um partido que ofereça direção política, organize e lute, isso não se sustenta. Nos anos 1980 havia isso. Foi esse processo que impulsionou a candidatura de Lula em 1989. Foi a organização da sociedade civil.

Hoje, essa sociedade civil foi dissolvida. Ela foi convertida em sociedade civil neoliberal. Perdemos. É nesse sentido que nós perdemos. Foi uma geração que perdeu. Agora, torço para que no futuro consigamos sair dessa polarização que está destruindo o Brasil. Essa polarização interessa a Bolsonaro. Interessa a Lula. Mas não interessa ao Brasil. Precisamos pensar e olhar para o povo. Precisamos construir um projeto de desenvolvimento de nação. E isso nós não estamos discutindo. Vocês perceberam que neste Evento não se discutiu um projeto de nação, um projeto de desenvolvimento, uma perspectiva para essa sociedade adoecida e precarizada? Precisamos discutir projeto. Não se trata de fazer uma leitura doutrinária. Professor

gosta muito de doutrina. Eu não gosto de doutrina. Eu gosto de olhar os fatos.

Olhar a sociedade. E a sociedade está muito doente. Está carente. Está adoecida.

Isso anuncia nuvens negras no futuro: a extrema direita. E isso não interessa à civilização.

Quero agradecer mais uma vez à REDAP pela organização deste Evento e pelo convite.

Sou um intelectual que tem uma visão crítica, mas não apenas isso. Tenho escrito e produzido muito. Recentemente publiquei três livros, originados de um curso que ministrei, intitulados *O metabolismo social do capital*, em três volumes. Quem tiver interesse em uma leitura mais aprofundada sobre o metabolismo social do capital, eu convido a ler e estudar esses livros. **Isso é fundamental.** Quem organiza, dentro dos limites da luta de classes que temos hoje, precisa estudar. Não basta indignação. Não adianta apenas indignação. Não adianta só o blá-blá-blá. É preciso estudar.

É preciso construir uma perspectiva, inclusive uma esperança fundamentada na objetividade social, naquilo que efetivamente podemos responder. Também é preciso ter muita paciência com o pessoal neopentecostal. Eu os vejo como pobres diabos, criaturas aflitas, pessoas que não podemos demonizar. Nós não podemos demonizar quem vota na extrema direita. Isso interessa ao petismo, que quer reproduzir essa polarização, porque não apresenta uma proposta efetiva de mudança. Não enfrenta o Banco Central, os juros, os investimentos, a oligarquia financeira.

A minha crítica é uma crítica de esquerda. Mas hoje dizem: "Você não pode criticar Lula porque está fazendo o jogo da extrema direita." O que é isso? Isso é patrulhamento ideológico. Cadê a consciência crítica? Precisamos romper essa polarização. E acredito que este evento pode contribuir para isso Convido vocês também a visitarem o site da Rede de Estudos do Trabalho. Lá vocês encontrarão cursos, palestras on-line, livros para *download.* É um espaço de reflexão crítica que ainda conseguimos manter neste Brasil à deriva, nesse capitalismo também à deriva. Muito obrigado. Uma boa tarde a todos e um excelente encerramento do Evento.

Alexandrina Luz Conceição[28]

Agradeço a todos que compõem a Rede Diversidade e Autonomia na Educação Pública (REDAP) pelo convite para participar desse Evento, de dimensão nacional e internacional, urgente e necessário para a qualificação das nossas práticas políticas e sociais. Cumprimento a Mesa, com grande satisfação ao Professor Giovani Alves e à Professora Érika Suruagy, grande prazer conhecê-la, e com especial afeto meu Querido Amigo Professor Átila Lima, parceiro de muitas lutas no chão da sala e das ruas, como também a todas e todos Presentes.

Meu tempo histórico, vivenciado nas mediações objetivas e subjetivas do contexto da minha vida escolar, desde estudante no ensino Primário (década de 1950) até os dias atuais, tem sido marcado no real concreto das determinações da lógica do capital, como sujeito histórico social no processo de acumulação capitalista. Vivenciei como estudante, professora e militante todas as Reformas Educacionais: a lei 4024/61; 5.692/72; 9394/96 (Brasil, 1961, 1972, 1996), nas suas determinações, o que me permitiu constatar como o Estado, na

[28] Professora Emérita da Universidade Federal de Sergipe e docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFS. A Professora Alexandrina é graduada e mestre em Geografia pela UFS e doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atua no Programa de Pós Graduação em Geografia da UFS e coordena pesquisas sobre Estado, capital, trabalho e políticas de reordenamento territorial. Foi presidente nacional da Associação dos Geógrafos Brasileiros e possui destacada atuação nos estudos de Geografia Agrária, políticas públicas, mobilidade do trabalho, relações campo-cidade e teoria e método.

esfera das suas institucionalidades, estrutura as leis de diretrizes de base da educação para atender a lógica capitalista, mediado por discursos ideológicos para a formatação do trabalho, disciplinando-o para garantia da expropriação de mais valor e, consequentemente, maior lucro possível. Quanto maior acumulação, maior lucro. Esse é o movimento da essência metabólica, fantasmagórica da busca da equivalência Produção e Consumo para a propositura da superação das crises. Portanto, em tempo de crise do capital, a educação é estratégia fundamental para a ordenação/disciplinamento do trabalho.

Ressalta-se que as crises são inerentes ao sistema do capital. O caráter insaciável da obtenção do lucro torna as crises, partes do sistema sociometabólico do capital, seja através das:

1. Crises de superacumulação, por excedente da capacidade de produção.
2. Crises de superprodução, quando a produção excede a capacidade de consumo da população.

A cada crise capitalista é necessário reajustar a ordem das relações sociais de produção e consequentemente da ordenação do trabalho. As crises de superprodução exigem novas configurações da divisão internacional do trabalho, com mudanças no padrão da reprodução do capital no centro, e na periferia. Nos anos de 1980-1990 a crise fordista exigiu a intensificação do exército de reserva/trabalho, com o aumento da superpopulação relativa marcado pela crescente mobilidade do trabalho, externamente entre países centrais e periféricos, e internamente (campo – cidade) na extração de mais valor relativo de forma flutuante, latente, estagnada, resultando na

mais extrema pauperização, configurando uma divisão internacional do trabalho, com as mudanças no padrão de reprodução do capital, seja no centro, seja na periferia, resguardando as especificidades acentuadas nas desigualdades de composições orgânicas entre capitais centrais e periféricos.

A lógica da educação no sistema do capital é fundamental para o funcionamento e a reprodução do sistema capitalista, através da ordenação do trabalho, para a expropriação de mais-valor. As engrenagens institucionais do poder do Estado estruturam as leis de diretrizes e base da educação brasileira no favorecimento da lógica capitalista, subsumindo os discursos ideológicos para garantir o processo de acumulação.

As Reformas Educacionais

Roberto Leher na sua Tese de Doutorado intitulada *Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para alívio da pobreza* (Leher, 1998) sustenta que há uma relação direta entre as reformas estruturais e as reformas educacionais, sob encaminhamentos do Banco Mundial, com a doutrina de segurança, relação entre a governabilidade e a segurança, através de acordos educacionais do Brasil com os Estados Unidos sob a atuação do Banco Mundial e da Unesco evidenciados pela Agência de Desenvolvimento Internacional do Departamento de Estado (Usaid) e a Aliança para o Progresso do Ministério de Educação, no Brasil e na América Latina.

Lembro que vivenciei a luta, nos enfrentamentos, na escola e nas ruas, durante a ditadura militar, aqui na cidade de

Salvador (BA). Todo enfrentamento dos estudantes, principalmente os secundaristas, tinha como bandeira central de luta: a denúncia do Acordo MEC-USAID, que resultou em muitas torturas e assassinatos, que constituiu a cereja do bolo para a perseguição "aos comunistas", ao tempo que o governo militar selava o Acordo MEC- USAID que resultou na Reforma Educacional 5.602/72 e na Reforma Universitária. Esta última representou a mudança do ensino seriado para o sistema de crédito. As reformas educacionais objetivavam a ordenação do trabalho para garantir maior demanda de oferta, ao tempo que deixa a obrigatoriedade da garantia da qualidade acadêmica, resultando, consequentemente, um ensino esvaziado de teoria e oferecimento de formação profissional aligeirada (Habilitações Básicas). A construção dos *Campi* Universitários garante o modelo da diversificação, a quebra do princípio da universalidade científica e, politicamente, funciona como estratégia para descentralização dos conflitos na luta estudantil e silenciamento do debate crítico nas salas de aulas.

Nesse contexto, a educação se constitui uma atividade que necessitava ser enquadrada para atender ao modelo do sistema produtor de mercadorias. O metabolismo de mercado ao aprisionar a necessidade da formação continuada do ensino, coloca o trabalho, como mais uma prerrogativa de facilitação da extração de lucro "[...] afinal o poder econômico do capital não pode existir sem o apoio da força extraeconômica; e a força extraeconômica é hoje, tal como antes, oferecida primariamente pelo Estado" (Wood, 2014, p. 18).

De 1980 a 1990, as constantes e intensas crises indicam o esgotamento das crises por superacumulação, pontuais/conjunturais de possíveis ajustes espaciais, exigindo alterações do regime de acumulação para garantir maior consumo. Com o esgotamento do sistema fordista (superprodução) e o avanço da técnica há uma nova reconfiguração da acumulação de capital em nível mundial com impactos nas estruturas econômicas da periferia, acentuando o caráter rentista do processo de financeirização. Há uma nova reestruturação produtiva, com o domínio do capital financeiro, e a disseminação de um padrão mundial de inovações produtivas possibilitada pelo avanço da tecnologia-informação. O pós-fordismo, com a instalação do "toyotismo" pelo funcionamento do sistema *kaban*, é a garantia da diminuição do tempo útil da mercadoria e aceleração do consumo via sistema de crédito, marcando por duas vias:

– Via crescimento dos investimentos diretos e os rendimentos de capital;

– Via empresas transnacionais – (transfronteiras), transferência internacional de tecnologias (concessão de franquias e do comércio de patentes).

Conforme Marx (2024), o objetivo do capital não é satisfazer as necessidades, (nunca foi) mas sim produzir lucro, alcançando essa finalidade por métodos que regulam o volume da produção pela escala da produção, e não o contrário. Por isso, terá sempre de haver discrepâncias entre as dimensões limitadas do consumo em base capitalista e uma produção que procura constantemente ultrapassar o limite que lhe é imanente (Marx,

2024). O capital, em nome da crise, com o objetivo da recuperação da taxa de lucro produz enormes massas de trabalhadores precarizados, desempregados, submetendo-os às condições mais duras do trabalho para suprir suas necessidades mínimas básicas de sobrevivência. A expropriação da força de trabalho intensifica o processo de acumulação capitalista, tendo em vista a subordinação para assegurar a reprodução ampliada.

Paralelamente, desde a década de 1990, no Brasil, vem sendo implementada uma reforma de Estado no sentido de atender às demandas da reestruturação produtiva do capital, sendo a educação uma das áreas que mais vem sendo reformada e contrarreformada no sentido de adaptar os trabalhadores às mudanças no mundo do trabalho, em crise estrutural. Para garantir o funcionamento do mercado, o Estado transforma-se em máquina legislativa permanente, criando leis e decretos regulamentares para a manutenção dos custos do mercado, e intervém no mercado para suprir as suas falhas. Quanto mais a economia de mercado se universaliza, mais o Estado é chamado para atender ao mercado.

Contraditoriamente, sob a égide do significado ideológico da globalização, os movimentos globais do capital objetivam obter o acesso livre das fronteiras e o controle do trabalho, principalmente através de um controle rígido de fronteiras e políticas de imigração, dos recursos, dos mercados. Ocorre a intensificação da fragmentação econômica e social. Incapaz de realizar qualquer tipo de controle sobre a lógica da acumulação do capital da autorreprodução alienada, o Estado brasileiro torna-se aprisionado de forma acelerada, funcional ao

mercado, garantindo políticas de eliminação das regulamentações trabalhistas via flexibilização das leis patronais, no sentido de desonerar o capital e permitir taxas elevadas de lucratividade. O Estado Brasileiro incapaz de encontrar soluções duráveis para a crise estrutural, desde finais da década de 1990, desobriga a União de responsabilidades que passam a ser remetidas ao plano local: instituições participativas por meio de organizações representativas; conselhos de políticas sociais (saúde, educação, desenvolvimento rural, assistência social, etc); fóruns, conferências, audiências públicas e orçamento participativo.

Uma nova metodologia de intervenção com a ideologia da abordagem territorial do desenvolvimento, via metodologias participativas, passa a reestruturar as formas de expropriação do trabalho. Os Estados assumem a abordagem Territorial no Planejamento de Políticas Públicas como estratégia de intervenção territorial, ressignificando o conceito de público na organização política do país, na participação social, em especial na reestruturação das reformas educacionais. O Planejamento deixa de ter como base o desenvolvimento regional (heterogeneidade das macrorregiões brasileiras) e passa a ser Planejamento Territorial como novo paradigma para o planejamento e desenvolvimento local. A responsabilidade deve ser local. Gestão local – fim da classe social – os sujeitos são postos na escala dos indivíduos, das identidades, da organização, da cidadania.

O Território passa a constituir a mediação social e incidência de políticas públicas, constituindo-se como lócus

para o planejamento estatal. Os movimentos sociais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), alteram sua bandeira de luta da reforma agrária na luta pela terra para a luta por Território. Acrescentam-se a Luta dos Quilombolas, dos Povos Indígenas, sob a orquestra das lutas identitárias que serão fundamentais no convencimento pelo território como categoria ideológica das nossas práticas sociais. Na Academia, os geógrafos tornam-se os maestros para ideologizar a nova ordenação dos Sem-terra e Sem propriedade: territorializar, reterritorializar, desterritorializar, fragmentando em multiterritoritorialidades para a luta coletiva contra o capital, afinal se passa a entender que, na relação de Poder, todos podem ter algum território.

Tais mediações são fundamentais para o debate educacional. A conexão entre conhecimento e ordem (segurança) constitui o signo ideológico para o disciplinamento dos estudantes, dos professores, da sociedade. A educação cantada e encantada constitui o maior instrumento para o desenvolvimento econômico e social dos países periféricos. E o Acordo MEC – USAID claudicará nas sequentes reformas educacionais que fomentarão a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96, e seus aportes, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ideologicamente sedimentados na ideologia pós-moderna do princípio da individualização, da pluralidade, e epistemologicamente fundamentada na leitura distorcida da alteridade, da identidade, na consequente fragmentação. A questão ontológica passa, portanto, a quilômetros de distância do ensino/formação.

A Constituição Brasileira sedimentada no princípio da democracia burguesa, do direito de todos, contra o Estado Autoritário, garantirá o afastamento do Estado como principal responsável por gestar políticas econômica e sociais de educação, saúde, dentre outras. O Plano Nacional de Ordenamento Territorial surge para retirar todas as barreiras para a acumulação do capital e o total domínio do capital financeiro, destituindo os poderes locais de estados e municípios e formando um "pacto social" para a gestão do território. O PNOT entrega os territórios para o controle do setor privado e ajusta o país às demandas do mercado internacional, visando o crescimento das exportações, via controle do setor privado. Nesse bojo, as reformas educacionais estarão embasadas por meio de orientações de políticas de "descentralização administrativo-financeira", atribuições da União, dos Estados e dos municípios.

Reformas educacionais como instrumento político e ideológico de adequação dos sujeitos

A formação/ensino passa a responsabilidade da municipalização promovida pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF, Lei nº 9224/96 (Brasil, 1996). No processo de acumulação ilimitada de capital, a precarização do trabalho é a estratégia de dominação, possibilitada pelo alto grau de vulnerabilidade estrutural do trabalho. Subordinação do trabalho ao capital como única via de sobrevivência para os trabalhadores em contratos precários e sem proteção social. Para garantir sua reprodução, o capitalista tem de destruir sua

capacidade produtiva e o que produz via destruição do capital variável e obsolescência de capital constante. Assim, produzindo mercadorias com obsolescência planejada, impulsiona o consumo de produtos supérfluos, produção de detritos que são produzidos em crescente proporção para a destruição do planeta.

O trabalho deixa de ser objetivação, práxis, para ser alienação, trabalho dirigido por outro, cujo objetivo é a exploração. Nesse contexto, a sociabilidade deixa de ser igualitária e passa a fundamentar-se na desigualdade, no antagonismo, na exploração e na dominação. Este fenômeno de degradação do trabalho e da sociabilidade é um processo histórico manifestado sob diversas formas e que assume uma forma específica na sociedade capitalista, criando uma forma específica de trabalho alienado.

A ideologia da globalização, da autonomia, da produtividade, da competitividade, da terceirização passa a ser gerenciada pelo sistema do capital, enquanto conteúdo ideológico que advém contraditoriamente com a carga de sua sustentação pela defesa do território/do local. O Estado é apagado pelos discursos foucaultiano e nietzschiano, que foram fundamentais para respaldar a existência de sujeitos/individualizados (relações de micropoder). Para Lukács (2018), do ponto de vista ontológico, ideologia e existência social são realidades inseparáveis, ou seja, onde quer que se manifeste o ser social há problemas a resolver e respostas que visam à solução destes. É precisamente nesse processo que o fenômeno ideológico é gerado e tem seu campo de operações.

A ideologia passa a se manifestar como um instrumento ideal através do qual os homens e as classes se engajam nas lutas sociais, em diversos planos e níveis.

Sob tal lógica, a relação entre a produção e a necessidade humana é oposta aos interesses do capital. Estes são mantidos artificialmente, criando a ilusão de que essas barreiras podem ser superadas a partir de ajustes espaciais e/ou mesmo por formas de projetos de desenvolvimento. A superação só pode se dar com a supressão das relações capitalistas de produção, da superação da produção de riquezas para a riqueza da produção. Enfim, a luta tem que passar do chão restrito dos níveis institucionais para as ruas.

O que se pode verificar é que o pós-estruturalismo, que emergiu na efervescência política do final dos anos 1960 e início dos 1970, sob os imperativos do capital, tornou o discurso militante gradativamente apolítico conseguindo sequestrar boa parte da crítica política. A linguagem da subjetividade, imediatamente, suplantou as questões de ação e organização política. A pós-modernidade passa a representar o signo de mudança contra os significantes que representam universalidade e totalidade. O tempo da velocidade, da fluidez, não permite o tempo da longa duração; do progresso; do sentido da história, da existência; da certeza; da permanência, da ciência como razão. O conhecimento é visto como mero discurso, numa consciência fragmentada, parcial e incompleta.

Face a isso, coloca-se o estatuto da história como narrativa – algo meramente de ficção (sem responsabilidade com a verdade). A consciência passa a determinar o ser social, o

subjetivo passou a determinar o objetivo. A história é negada e projetada a partir de conceitos, que reduzem a variedade complexa de experiências humanas, sob o "discurso" monolítico, as histórias da vida cotidiana são ressuscitadas, com a ênfase ao indivíduo. A história oral passou a ser o gênero predominante. A memória é posta como lembrança e depoimentos e relatos assumem cada vez mais o lugar da história, considerando-se a linguagem como determinante da forma das relações sociais, em vez do reverso. Há, portanto, o abandono conveniente da complexidade dialética, da contradição, da práxis. A lógica formal torna-se a argumentação explicativa, a categoria processo é confundida com "evolucionismo" e/ou dominação. Totalidade é posta como totalitarismo, autoritarismo. O cultural, o político, a linguagem deixam de ser determinados passando a ser determinantes.

Conforme Lyotard (1996), as transformações tecnológicas provocam modificações substanciais na forma de distribuir o saber, a ciência. O saber sofre alterações, representando a fonte de todas as informações. Somente o saber (linguagem informacionais) gera nova produção e garante o valor de troca. Em nome da crítica do reducionismo econômico assume-se a defesa do reducionismo: cultural ou linguístico[29]. Na história, o extremo apologismo ao indivíduo, como sujeito definidor da sua própria vontade/necessidade liberdade, com o apologismo do lugar da fala como a clarividência iluminada.

[29] Ressalto que tenho concordância da leitura de Lukács e Raymond Willams sobre a concepção de Literatura e Cultura, reflexão que farei nas Considerações Finais desse texto.

A indignação é substituída pela naturalização dos fatos sociais que, aos poucos, são enquadrados como fatos culturais desvinculados da estrutura da divisão social do trabalho e lidos como atividades e costumes comportamentais. A psicologia e a antropologia garantem a estrutura de pensamento, vinculadas à subjetividade na formatação do indivíduo enquanto unidade particularizada do contexto localizado. A ênfase em práticas e ações sociológicas, na diversidade cultural, tende a subtrair a leitura do capital e do mercado, desprezando ou/suavizando as desigualdades sociais, as contradições. Assim, pobreza e riqueza são vistas como construções e produção socioespacial.

No livro *Teoria Social, Verdade e Transformação (Ensaios de Crítica Ontológica)*, Mário Duayer questiona: "Que sociedade é essa que gera e necessita de ideias superficiais e falsas? Que mundo humano os sujeitos podem construir para si com ideias falsas? E uma falsa imagem do mundo social?" (Duayer, 2023, p. 24). A ausência da crítica como arma dá espaço para o terrorismo, o ódio, a violência nos espaços da impunidade, da miséria silenciada e consentida. Vivenciamos, internamente e externamente, a fluidez do tráfico de drogas, da fome, do trabalho precarizado e escravo, do desemprego estrutural, de políticas e ações racistas, do feminicídio, ideologicamente ordenados como práticas necessárias e incentivadas para a acumulação do capital e, consequentemente, para a extração de mais valor e consequentemente altos lucros.

O capital tornou-se um sistema incontrolável que subordina tudo ao lucro, incluindo a natureza, a educação e a vida de forma destrutiva. A crise estrutural afeta o controle social

metabólico da humanidade, incluindo a natureza, de forma perigosa. Para István Mészáros (2002), falar em "destruição criativa" nas condições atuais é totalmente autocomplacente, é muito mais apropriado descrever o que está acontecendo como uma "produção destrutiva", entendendo-se então o caminho para a Barbárie.

Na angústia de encontrarmos sinalizações que possam constituir perspectivas que indiquem contradiscursos contra a barbarização realizamos uma pesquisa com estudantes da Educação Básica e professores do Ensino Médio das escolas públicas da Rede Rstadual de Ensino do Estado de Sergipe[30]. Sem estabelecer parâmetros de idade e ou gênero, mas circunscritos nos universos de uma rede de escolas públicas, para identificarmos os signos que mais pesam no cotidiano das comunidades escolares. Não foi estabelecida uma classificação pela variável estar ou não empregados, emprego formal ou informal, grau de mobilidade e de/na duração do/no emprego. A questão posta foi verificar, nesse contexto, as utopias e dis(topias) da classe que vive do trabalho e sem trabalho no enfrentamento dos limites da expropriação da força de trabalho.

Nos seus discursos polifônicos, através das respostas obtidas nos questionários aplicados, constatou-se que a instabilidade está presente no cotidiano escolar e nos bairros. A relação dialética entre o enunciado e o caráter interpretativo constitui uma relação dialógica imbricada de signos ideológicos.

[30] Pesquisa realizada pelo PPGEO/GPECT em escolas da rede estadual em diversos municípios do Estado, com estudantes do Ensino Médio. Os questionários foram aplicados pelos professores de Geografia, em 2024. Todo o texto apresentado foi resultado de análise após estudos dos questionários.

Tais signos não se mostram unívoco, estável, mas está sempre carregado de aspectos valorativos, tornando-se ele mesmo uma arena de conflitos, o que na teoria de Bakhtin/Volochinov se denomina como "índices de valor contraditórios" (Bakhtin/ Volochinov, 1995, p. 47). Qualquer signo ideológico tem sempre duas abordagens que só podem ser percebidas na luta de classes Logo, "O signo ideológico tem assim como Jano, duas faces. Toda crítica viva torna-se elogio e toda verdade viva não pode deixar de parecer para alguns a maior das mentiras. Esta dialética interna se revela inteiramente nas épocas de crise social e de comoção revolucionária" (Bakhtin/Volochinov, 1995, p. 47).

Em época de crise estrutural, os jovens conforme suas narrativas, em geral, demonstram falta de estabilidade, perspectiva mínima de garantia de resultados no ensino/escolar e tendem a direcionar-se para agrupamentos de violência, das drogas e do crime. A perda de perspectiva de signos de esperança, na perspectiva do amanhã, como afirmativo de alento, é fato visível. A sala de aula antes de representar, no real e no simbólico, estratégias de alcance de saída, uma verdade, não garante a sua inserção no quadro de emprego formal e ou mesmo informal, acrescentado no peso da distopia entraves no processo de qualificação.

Na utopia, metaforicamente, podemos representar o romance "Candido ou o Otimismo", de Voltaire (1759), escrito no contexto social e histórico da negação do feudalismo e pela defesa do mundo burguês capitalista. Como ideólogo da defesa do mundo burguês, Voltaire (1759) narra a busca do seu personagem Cândido pelo "melhor dos mundos possíveis".

Candido cruza todos os mundos e todas as inconcebíveis/possíveis situações da perversão humana e, no final, encontra o lugar ideal para viver. Onde? o que é visível pela sua autoimagem iluminista é o encontro do mundo das luzes (da razão – do trabalho) em contraposição ao mundo das trevas (feudal decadente). Voltaire lança um olhar crítico sobre o mundo feudal da aristocracia e vê o trabalho e a propriedade como garantia da utopia, da idealidade, da liberdade do pensamento, da consciência a ser alcançada pelo trabalho.

Temos clareza que na crise estrutural, da expropriação do trabalho, na compreensão de que o capital vive do sangue do trabalhador, entende-se que, antes de reforçar a distopia como perspectiva de perda, ou da utopia pela inacessibilidade da realização humana pelo trabalho, é preciso resgatar signos dialéticos que possam sinalizar quebras de tensões sociais e culturais e possam encontrar indicações de motivações de estímulos. A desconfiança no futuro é o fundamento normativo que garante a eficácia ideológica. Uma questão é clara, o Estado antes de apresentar perspectivas possíveis de autonomia, aprisiona de forma acelerada sua funcionalidade ao mercado, por políticas de regulamentações trabalhistas via flexibilização das leis patronais, no sentido de desonerar o capital e permitir taxas elevadas de lucratividade.

Considerações reflexivas finais

No livro *A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado*, o autor István Mészáros (2015, p. 15) questiona: O Estado, tal qual foi constituído historicamente, é mesmo capaz

de resolver todos os nossos graves problemas, ou o Estado, como tal, tornou-se um dos principais contribuintes para o agravamento de seus próprios problemas e para sua insolubilidade crônica? Existem perspectivas viáveis para o futuro? Alguma forma substancialmente diferente de controlar o metabolismo social que possa ser instituída em oposição à preponderância das perigosas determinações do Estado em falência? Existe uma saída do círculo vicioso ao qual estamos confinados pelo capitalismo do século XXI?

Apoiado na concepção de barbárie, segundo os frankfurtianos, como "[...] um modo de regressão histórica que é preciso anular com reações da ordem da ética, da política e da estética", Leomir Hilário assume que "[…] as distopias ocupam lugar de destaque na luta pela desbarbarização dos laços sociais na atualidade" (Hilário, 2013, p. 213). A partir de leituras de Freud, Lacan e Adorno, Safatle (2026) problematiza como a centralidade da identidade individual neoliberal cria condições favoráveis às dinâmicas fascistas. O fascismo emerge como uma forma específica de violência que reconstrói a sociedade a partir de uma mutação dos afetos sociais, generalizando dinâmicas de dessensibilização e indiferença. Não há mais tempo para as utopias e ou distopias, a solução é o delírio (Safatle, 2026).

Maria Rita Kehl, no seu livro intitulado *O tempo e o cão: da atualidade das depressões* (Kehl, 2015), coloca o "cão" como referência à melancolia (o famoso "cachorro negro" que acompanha o sujeito deprimido), enquanto o "tempo" refere-se a nossa relação adoecida com o relógio, a urgência e a sensação de nunca ter tempo para refletir e processar as próprias

vivências, a ação dos mecanismos sociais sobre a subjetividade humana. Diante da ação dos mecanismos sociais sobre a subjetividade humana, o consumo passou a organizar e dar sentido para a vida (Kehl, 2015),

Ampliando esse debate, o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han, em *Sociedade do cansaço* (2017), analisa a transformação do sujeito contemporâneo a partir da passagem do paradigma disciplinar para o paradigma do desempenho. Nesse contexto, o sujeito já não se constitui prioritariamente pela obediência, pelo cumprimento da lei e do dever, mas pela aparente liberdade e autonomia, mediante as quais passa a mobilizar criatividade, desempenho, inovação, boa vontade, iniciativa individual e flexibilidade (Han, 2017, p. 96). Para o autor, essa transformação está associada à constituição do "sujeito neoliberal do desempenho", marcado pelo "excesso de positividade" (Han, 2017, p. 100).

Nas nossas reflexões afirmamos que desde a década de noventa aos anos atuais, estamos vivenciando na escuta os que anunciam o domínio dos tempos de incertezas, de fragmentação, de insegurança e de vulnerabilidade. Tempos de violência, do individualismo, que significam a impossibilidade da luta revolucionária, da luta pela igualdade. A nova historiografia tem buscado exorcizar Karl Marx, colocando-o na forca, resultando no completo abandono do conceito de classe social como categoria interpretativa e transformativa.

A anti-história como parâmetro, a negação da possibilidade de transformação política econômica, da luta de classe são discursos sustentados na ideia do etéreo, da fluidez,

da falta de estabilidade como leituras de sociedade. A história passa a ser nada mais que uma galáxia de fragmentos, um bando de presentes eternos, o que equivale a dizer história nenhuma. Portanto, perguntamos: Há sentido da pertinência da Teoria Marxista?

Nas suas reflexões indicadas no livro já referenciado anteriormente, *A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado*, Mészáros (2015) reflete que, sob as circunstâncias da crise estrutural irreversível do capital, o Estado se autoafirma e se impõe como a montanha que devemos escalar e conquistar. Nesse contexto, os graves problemas diante da realidade política, mesmo que em forma de guerras devastadoras, são apenas parte do desafio a enfrentar. O que temos constatado é que o tempo presente, desumano, alienante e unidimensional da ordem sociorreprodutiva do capital ainda detém o controle da situação (Mészaros, 2015). As "personificações do capital" estão mais do que felizes por glorificar o eterno presente em que não há alternativa, iludindo-se apenas porque dominam a sociedade com todos os meios que têm à sua disposição, com a crença de que o próprio processo histórico já terminou.

Na sociedade de mercado, para Lukács (2018), o tempo de vida do homem se reduz à quantidade de dinheiro que é capaz de acumular, logo, tudo é mercadoria, sua essência é mercadoria. A reificação se manifesta em todas as esferas da sociedade, das relações humanas. Com a reificação, a história é cancelada. O processo fetichizante substitui o poder humano de fazer história pelo mercado. O mercado torna-se imperativo controlando a existência humana, como uma realidade sempre

no Presente. O passado e o futuro deixam de existir. A temporalidade se limita apenas ao presente (Lukács, 2018). O fetichismo e a reificação são partes de um processo social característico da sociedade capitalista. A atividade prática aparece como uma coisa, como aparência coisificada da sociedade capitalista, ou seja, uma falsa objetividade que controla a vida dos homens ao invés deles a controlarem, uma vez que o mercado não é percebido como uma relação entre homens. Os produtores não percebem as relações sociais de seu trabalho social como o que realmente são, isto é, como relações sociais imediatas entre eles. Tudo aparece invertido: as relações entre as pessoas são relações coisificadas, e as relações entre as coisas são relações sociais.

Ao superar a reificação alienante o proletariado pode, através do engajamento prático consciente transformar a sua realidade produto de sua ação coletiva. Assumindo, assim, a Positividade Revolucionária. Formas ideológicas que resultam em práticas revolucionárias. Só na sua condição ontológica de Ser Social, os sujeitos singulares na sua condição de classe conseguem convencer a si mesmos por interesses vitais, por meios de lutas sociais (Lukács, 2018). Múltiplos sujeitos se constroem com as distintas apropriações de conhecimentos ao longo de sua vida, todavia, essas apropriações não possuem neutralidade.

Na reflexão marxiana, as ideias dominantes são produzidas pela classe dominante. Ao tomar consciência dos conflitos sociais, os sujeitos socais criam formas ideológicas em contramão as imposições ideológicas da classe dominante. O ser

imediato do trabalhador enquanto simples objeto do processo de produção se revela através de inúmeras mediações. A partir do direito, da política, da arte, da filosofia, produzindo práticas sociais que operam como meio para enfrentamento dos problemas sociais/econômicos. O trabalho é o fundamento ontológico objetivo das mudanças na estrutura e na dinâmica das sociedades particulares (Lukács, 2018).

A Positividade na dimensão marxiana, conforme Lukács (2018), se apresenta na negação dos imperativos materiais e estruturais da ordenação do trabalho, da divisão do trabalho. O Estado só pode ser contestado, desmantelado, no processo da desalienação política, esse é o fardo do tempo histórico que temos para escalar e conquistar a montanha. É aí que para mim está o sentido da pertinência da Teoria Marxista: na necessidade vital de manter o compromisso intenso com os valores duradouros da humanidade, contra a tirania do imperativo do tempo reificado do capital.

Finalizando utilizo-me da fala de Che Guevara, que representa a essência de uma possível sociabilidade entre todos nós sujeitos, subordinados, diretamente e indiretamente, ao processo de expropriação do trabalho. Só lutando todos os dias para que esse amor à humanidade viva e se transforme em fatos, em atos que sirvam de exemplo de mobilização, como FORMA REVOLUCIONÁRIA DE POSITIVIDADE POSSÍVEL.

E essa Luta não pode ser fragmentada, tem que ser coletiva, universal.

Referências

BAKHITHIN, Mikhail Volochinov. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1995.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1961. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 7 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 7 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 7 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9424.htm. Acesso em: 7 jul. 2026.

DUAYER, Mario. **Teoria social, verdade e transformação**. São Paulo: Boitempo, 2023.

HAN, Byung-Chul. **A sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. Teoria crítica e literatura: a distopia como ferramenta de análise radical da modernidade. **Anuário de Literatura**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 201-215, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/2175-7917.2013v18n2p201. Acesso em: 7 jul. 2026.

KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão**: a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo, 2015.

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização**: a educação como estratégia do Banco Mundial para alívio da pobreza, 1998. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. Tradução de Sérgio Lessa. Maceió: Coletivo Veredas, 2018. v. 14.

LYOTARD, Jean-François. **Moralidades pós-modernas**. São Paulo: Papirus, 1996.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2024.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

SAFATLE, Vladimir. **A ameaça interna**: psicanálise dos novos fascismos globais. São Paulo: UBU Editora, 2026.

VOLTAIRE. **Cândido, ou O otimismo**. Paris: [Editora não informada], 1759.

WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.